

## **Acta da Reunião do Conselho Municipal de Educação da Lousã, realizada no dia 4 de Outubro de 2007.**

-----  
Aos quatro de Outubro de dois mil e sete, nesta Vila da Lousã, reuniu-se extraordinariamente na sala do Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã o Conselho Municipal de Educação da Lousã, adiante designado CMEL, tendo estado presentes: da Câmara Municipal da Lousã (Dr. Fernando Carvalho – Sr. Presidente); o Vereador do Pelouro da Educação (Dr. Jorge Alves); da Direcção Regional de Educação do Centro (Prof. Dra. Cristina Lopes Dias – Directora Regional Adjunta e Dra. Maria Luísa Ramos); Ensino Secundário (Prof. Maria do Carmo Sequeira e Prof. Adelina Palhota); do Ensino Básico (Prof. Odete Antunes e Prof. Maria Salomé Correia); do Pré - Escolar (Educadora Ana Paula Rodrigues); Escola Profissional da Lousã (Eng. Filipe Coelho); das IPSS – ADIC (Sr. Rogério Martins); a Delegada de Saúde da Lousã (Dra. Graça Correia); do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social (Dra. Anabela Dengucho); do Centro de Emprego da Lousã (Dra. Milena Rodrigues); da GNR da Lousã (Comandante Valadas); representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação da Lousã (Enf. António Carvalho, Sra. Cândida Castanheira). A convite, estiveram ainda presentes: o Provedor Municipal da Pessoa com Incapacidade (José Ernesto Carvalhinho), a ARCIL (Dr. Marques Leandro, Dra. Cristina Silva); o Agrupamento Álvaro Viana Lemos (Dr. Jorge Monteiro); o Agrupamento de Escolas da Lousã (Prof. Henriqueta Oliveira e Prof. Isabel Teresa Palha); da Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular (Prof. Dr. Luís Capucha – Director Geral; Dra. Maria Filomena Pereira Costa Pereira).-- Não estiveram presentes: da Assembleia Municipal (Dr. Luís Gonçalves – Sr. Presidente); das Juntas de Freguesia do Concelho (Dr. António Marçal); representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação da Lousã (Enf. António Carvalho); da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã (não há elemento eleito para o corrente ano lectivo).-----

Às 11h deu-se início aos trabalhos.-----

### **ORDEM DE TRABALHOS -----**

Ponto único: apresentação do projecto-piloto dos Centros de Recursos para a Inclusão e a assinatura do Acordo-Compromisso para a implementação de um projecto no Concelho, com vista ao reforço do apoio a crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais de Carácter Prolongado (adiante NEECP).-----

-----|-----  
Fernando Carvalho inicia a reunião agradecendo a presença de todos.-----

Apresentação de Salomé Correia, sobre a realidade da Lousã. Isabel Teresa Palha mostra um vídeo em que é apresentado um caso, Cátia, do 1.º ano, com problemas motores, em Actividade de Enriquecimento Curricular de Natação. Ambas enfatizam o trabalho individual e individualizado realizado por parte de Docentes e tarefeiras.-----

Luís Capucha inicia com um enquadramento nacional dizendo que houve um certo descuido por parte das estruturas estatais quanto aos recursos de educação e no que concerne às NEECP. Recorda-se de ter vindo à Lousã e à ARCIL há décadas, tendo aprendido. Hoje, como em 1987 (quando se inaugurou na Lousã a Escola Inclusiva) espera enriquecer-se com a vinda a esta vila. Então trabalhava para a *Luta Contra a Pobreza* que veio lançar na esfera política o conceito de inclusão social, termo que ganhou presença também nos discursos mediáticos. Remete para os direitos instituídos na sociedade moderna e que correspondem a serviços que a sociedade deve assegurar a todos equitativamente. O debate sobre a inclusão social tem sofrido alguma perversão, pois o conceito passou a ser usado inadequadamente. Diz que importou e importa substituir a uniformidade de ofertas para NEECP num conjunto de políticas de “desenho à medida das necessidades de cada um”, que respeitem os problemas gerais e permitam solucionar situações pontuais e problemas de grupos específicos. Esta reflexão tem implicações na escola, que deve estar dotada de instrumentos para dar resposta, em igualdade de oportunidades, a todos e a cada um. Refere que a Agenda Europeia para as NEE teve uma audição com jovens oriundos de trinta países (três alunos de cada nação), em que recolheu informação directa dos alunos sobre as medidas tomadas que os levaram ao sucesso e o que será necessário fazer. O documento elaborado a partir dessa audição, a “Declaração de Lisboa”, vem complementar a “Declaração de Salamanca” que, da mesma forma ouviu os pontos de vista dos técnicos de vários países. Serão concluídas directrizes a adoptar ao nível da União Europeia.-----

Estudos Europeus informam que a média das NEEPC é de 1,8%, embora que haja locais com números mais (ou menos) elevados – como poderá ser o caso da Lousã, para onde haverá deslocação de população, dadas as condições que oferecidas às famílias. Luís Capucha continua sublinhando que toda a criança tem problemas de aprendizagem, mas há que distinguir quais têm NEECP, conforme a nova Classificação Internacional de Funcionalidades (adiante CIF). Exemplifica referindo a informação do Prof. Castro Caldas, que numa recente conferência internacional sobre ensino, informou que a esmagadora maioria de crianças sinalizadas como disléxicas não tinham esse problema, mas sim uma sistemática tolerância ao erro. Situações semelhantes acontecerão com grupos como ciganos ou filhos de emigrantes, cuja intervenção deverá ser feita com trabalho com docentes do ensino regular e com a família. Diz ainda que em anos anteriores o número de crianças sinalizadas não

parava de crescer e – mais preocupante - não voltava a diminuir. Assim, os recursos humanos destinados aos alunos com NEECP dispersavam. Considera inequívoco que a escola inclusiva é melhor para todos os alunos e que existe uma média de Docentes por aluno satisfatória. Em Portugal foi criado um grupo de recrutamento e com ele está a ser realizado um trabalho de sinalização correcta. Existe ainda um conjunto de medidas de combate ao insucesso escolar para crianças sem NEECP.

Luís Capucha assegura que é insustentável ter 800 invisuais ou surdos ou multideficientes distribuídos por 750 escolas e /ou agrupamentos, não sendo possível ter técnicos especializados em todas as Escolas. Foi criado um conjunto de Agrupamentos que tem estruturas de respostas para atender a problemas específicos, escolas inclusivas para onde os alunos são deslocados. Diz que, em geral, o número de técnicos do Ministério da Educação duplicou, com vista a dar resposta a estas deficiências de baixa incidência e grande intensidade. Sublinha a necessidade da articulação entre três ministérios para a Intervenção Precoce: Saúde, Solidariedade Social e Educação devem ser responsabilizados em diferentes áreas, para que haja uma universalidade da intervenção. Resume de forma concisa a possível articulação, ainda em estudo, dos três Ministérios, indicando as tarefas concretas de cada um para a prossecução dos objectivos. Informa que o Relatório de Intervenção Precoce que foi realizado não foi aprovado.-----

Diz que muitas instituições pioneiras - escolas especiais – foram as primeiras a abandonar este tipo de ensino e a enfatizar a inclusão nas escolas públicas. Informa que está acordada com a Fenacerci a absorção das Escolas Especiais até 2013, dando lugar às escolas inclusivas, de forma fazeada e sem rupturas, salvaguardando as equipas técnicas existentes.-----

Assim destaca a importância de alguns dos pilares para a Educação Especial: Escolas regulares com Departamentos de Ensino Especiais; Agrupamentos de Escolas com Núcleos de Surdez, Autismo, Cegueira e/ou Multideficiência; Centros de Recursos de Apoio à Inclusão.-----

Filomena Pereira refere um diploma que irá sair em Conselho de Ministros<sup>1</sup> e irá exigir que se regule a visão do que é uma NEECP e distingue as NEECP dos problemas de “ensinagem”. Lê o ponto 30.º. Informa que para a operacionalização está concluída a 3.ª versão do documento que vai ser entregue aos parceiros sociais. Diz que localmente há que fazer um cruzamento da rede de oferta com a de procura.-----

Marques Leandro agradece a lição ministrada por Luís Capucha e pergunta quem financia os recursos a alocar aos projectos. Diz que a ARCIL foi contratando técnicos que têm um contrato (por exemplo fisioterapeuta, psicóloga, assistente social) e que o

---

<sup>1</sup> Este diploma não chegou a ser promulgado, tendo dado lugar ao Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro

Ministério da Educação foi retirando em alguns casos o pagamento – tem que ficar muito claro quem financia. Dá o exemplo dos transportes que não são financiados e não há quaisquer participações. Ainda sublinha a questão dos terapeutas destacados directamente pelo Ministério, já que vão ser contratados novos e a ARCIL tem contratos com vínculo.-----

Luís Capucha considera as questões pertinentes e diz que o modelo de financiamento dos Centros de Recursos é fundamental e que a realidade dos dez últimos anos é que o orçamento governamental duplicou, o número de alunos diminuiu e os resultados são os mesmos, pouco eficazes. Destaca a necessidade de reorganizar os recursos humanos disponíveis e a melhoria da gestão. Refere que é essencial manter a “massa crítica”, que sejam preservados os recursos e conhecimentos já acumulados da ARCIL (bem como de outras instituições).-----

Filomena Pereira diz que está prevista a contratualização tendo como base uma planificação de recursos. Poderão existir soluções diversas (por exemplo deslocação do aluno ou do técnico; actividades diferenciadas dependendo do enfoque da instituição). Diz que o diploma refere “apoios especializados personalizados”.-----

Luís Capucha diz que os Agrupamentos de Referência criarão novos problemas como a deslocação de alunos e alguns, raros, alojamentos, mas que estes problemas serão resolvidos após análise das situações concretas. Diz que seria desastroso substituir os recursos humanos que estão afectos às Instituições.-----

Jorge Monteiro alerta para a situação de ruptura do parque escolar da Lousã e diz que apesar do investimento autárquico feito ao nível do Pré-escolar e do 1.º Ciclo não há espaços adequados nas escolas para receber os terapeutas, embora que por vezes se encontram soluções que dão condições mínimas às terapias. Refere ainda a Hipoterapia e a Hidroterapia que exigem deslocações dos alunos. Reforça o que Marques Leandro disse, que a falta de verbas é uma questão recorrente. Diz que o valor financeiro dos apoios é irrelevante dado o retorno e impacto positivos que têm no quadro de intervenção do aluno.-----

Filomena Pereira diz que neste momento os transportes são elegíveis. Alguns elementos da sala intervêm. Toma a palavra Cristina Silva que informa que até 2001 os transportes eram realizados pela ARCIL e financiados mediante a apresentação de mapas de quilómetros. O apoio deixou de existir sem explicação, em 2005/6 a Autarquia foi quem apoiou esses transportes, não existindo actualmente apoio. Diz que as crianças transportadas têm problemas estruturais e são realmente NEECP. Frisa que há muito que o protocolo se mantém inalterado e que apenas o valor de transporte dos técnicos é pago. Em relação à criação de novas vagas para terapeutas ocupacionais e terapia da fala, a ARCIL apoia gratuitamente os alunos.-----

Cristina Dias argumenta que a DREC está disponível para avaliar circunstanciadamente as necessidades identificadas pela ARCIL na área dos transportes. Cristina Silva diz existir um Terapeuta Ocupacional na ARCIL (que trabalha com as Escolas e os alunos com NEECP, disponibilizado gratuitamente pela ARCIL - não tem qualquer financiamento do ME), e que a ARCIL foi confrontada com um concurso para um Terapeuta Ocupacional a 50% para a Escola e com o facto de não ter sido considerado o recurso já existente. Cristina Dias reitera que a DREC está disponível para discutir questões concretas, mais uma vez.-----

Entende-se que estes assuntos de pormenor são estruturais e que será essencial reunir para estudar estas questões, que têm que ser relevadas e solucionadas. Salomé Correia diz que o CMEL tem toda a disponibilidade para reunir. Isabel Palha refere um problema tido com as provas de aferição, em que alunos com NEECP foram avaliados como os restantes, ao que Luís Capucha responde que uma das lutas que está ganha é a realização de provas especiais e Cristina Dias diz que os alunos não precisavam de fazer essas provas. O assunto fica para esclarecimento em futura reunião.-----

Filomena Pereira diz que o novo diploma acaba com currículo alternativo e que a questão das tarefas será também tocada. Luísa Ramos diz que as tarefas são atribuídas por agrupamento e não por aluno, devendo ser geridas pelo órgão de gestão. Henriqueta Oliveira diz que mesmo gerindo bem os recursos eles são insuficientes ainda mais num momento em que se fala de escola a tempo inteiro, que todos os elementos da sala querem o melhor para as crianças, mas nem sempre é possível gerir ainda melhor para dar uma melhor resposta.-----

José Carvalhinho congratula-se pela presença do Director Geral e felicita-se por haver uma nova hipótese de renovar a educação especial na Lousã, como aconteceu nos anos oitenta.-----

Agenda-se uma reunião do Grupo de Trabalho do CMEL das Necessidades Educativas Especiais para o dia 23 de Outubro as 10h30 na Câmara Municipal da Lousã, com a presença do Prof. Luís Capucha.-----

Terminou esta reunião às 13:00 e vai ser assinada por mim, Marta Correia, secretária desta reunião.-----

A SECRETÁRIA DA REUNIÃO

---

Marta Correia

Aprovada no CMEL de 2008-02-07